

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

ATA Nº 064

PRESIDENTE - DEPUTADO HUMBERTO BOSAIPO

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Senhoras e senhores, boa-noite!

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, declaro aberta esta Audiência Pública com o objetivo de discutir o Projeto de Lei nº 259/05, que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Mato Grosso para o exercício financeiro de 2006, e dá outras providências, que é a nossa LOA, Lei do Orçamento.

Quero, neste momento, convidar para compor a mesa o Sr. Marcos José da Silva, Professor do Curso de Ciências Contábeis, que foi o interlocutor desta Audiência Pública junto à Assembléia Legislativa no nosso gabinete (PALMAS); o Sr. Arnaldo Alves de Souza Neto, Secretário Adjunto de Planejamento e Coordenação Geral do Governo de Mato Grosso (PALMAS); a Professora Rosley Sulek Buche Barros, Coordenadora do Grupo de Produção Acadêmica de Ciências Sociais Aplicadas da UNIVAG (PALMAS); o Sr. Benedito Gonçalo de Figueiredo, Secretário Municipal de Serviços Públicos de Várzea Grande (PALMAS); e o Professor João Santana de Proença, Coordenador do Curso de Ciência Contábeis, neste ato, representando o Reitor Draúzio Medeiros (PALMAS).

Eu sou o Deputado Humberto Bosaipo, e quero de antemão parabenizar os alunos universitários, futuros administradores, contadores do Estado de Mato Grosso, os Tecnólogos, por participarem deste evento tão importante para a formação acadêmica e profissional de cada um de vocês.

Quando o Professor Marcos me procurou, eu achei de fundamental importância esse debate democrático numa área em que poucas pessoas versam e entendem.

Eu vejo a correria agora - e comentava isso com o Professor Marcos - com o concurso do Tribunal de Contas, onde as pessoas desesperadamente procuram uma luz, procuraram conhecimento para esse concurso. E o Estado de Mato Grosso passa por uma transformação muito grande, uma transformação muito rápida. E todos os profissionais, todas as pessoas da sociedade têm que estar acompanhando esta transformação.

Eu gostaria de, antes de iniciarmos os trabalhos e composta a Mesa de honra...

Gostaria que o Sr. Roque, representando a OAB, fizesse parte da Mesa.

O SR. ANTÔNIO ROQUE - Tenho que buscar os meus alunos ainda. Sinto-me honrado pelo convite, mas tenho que trazer meus alunos. Vou buscá-los.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Então, sinta-se na condição de Excelência.

Convido a todos para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro.
(O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Queremos agradecer a presença dos alunos do Curso de Gestão, Ciências Contábeis, Cerimonial e Administração, bem como a presença dos professores da UNIVAG.

O Sr. Arnaldo vai fazer uma explanação, mas antes gostaria de colocar alguns dados sobre o Estado de Mato Grosso.

Nós vivemos num Estado de dimensões continentais. Temos 25 mil quilômetros de estradas estaduais. Observem que esse é número muito forte, um número muito grande.

Só de estradas estaduais nós temos 25 mil quilômetros dos quais 22 mil quilômetros são estradas de terra, ou seja, a cada período o Estado tem que fazer manutenção dessas estradas.

E vocês observem principalmente no mês de janeiro, no mês de fevereiro nos telejornais, a situação no norte do Estado, no Alto Araguaia e outras regiões são caóticas em virtude do período chuvoso.

Temos na área de Educação - e estou falando do Estado de Mato Grosso - 620 escolas estaduais, aproximadamente. O Governo está construindo algumas... Eu sou Presidente da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Seguridade Social na Assembleia Legislativa. Eu tenho visitado as escolas estaduais no Estado, e dessas 620 escolas, senhoras e senhores, aproximadamente, 300 precisam de reformas urgentes, reformas radicais, desde a recuperação do prédio, instalação elétrica inadequada, instalação hidráulica... São escolas que ainda têm, a grande maioria, telha *eternit*... Vocês sabem que Mato Grosso tem uma temperatura que gira em torno de 25°, 35° até 40°, e essa telha *eternit* é prejudicial aos estudantes.

Nós temos aproximadamente 20 mil professores na rede pública estadual. Desses 20 mil, 9 mil, ou seja, quase a metade, é de professores interinos, são professores que substituem e que necessitam de concurso.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas do Estado, relativo às contas do Governo do ano passado, de 2004, nessa área que estou falando, na área educacional, as estatísticas apresentam indicadores de conclusão, aprovação e permanência da educação básica em processo de melhoria contínua. O grande desafio que se apresenta a todos nós é a qualidade da aprendizagem dos alunos, ou seja, as competências e habilidades de domínio do contexto básico, conforme orientação dos parâmetros dos currículos nacionais.

E aqui vocês observam, dentro da área educacional, que o país está discutindo o FUNDEB, Fundo do Ensino Básico. O Governo Federal quer estender isso em nível médio e nós estamos fazendo um trabalho, em todo Brasil, para que se incluam as creches. Fez três anos para o ensino público e gratuito.

Esse FUNDEB é um programa do Governo Federal que está sendo discutido na Câmara dos Deputados e está indo para votação se não agora, pelo menos, no início do ano. Já fizemos várias discussões do FUNDEB, já fizemos em Belo Horizonte, em Goiânia, em Cuiabá, elencando subsídios para a melhoria da Educação Básica do Brasil.

Com relação a Mato Grosso, com relação à educação, a questão é a seguinte: os alunos aprovados no ensino fundamental conseguiriam prever os conceitos básicos nesse nível de ensino? Os alunos do ensino médio estão saindo com preparo para o vestibular, com as habilidades requeridas pelo mercado de trabalho? Esse é um grande questionamento na área educacional.

Essas que eu vou ler aqui são algumas respostas que se esperam do sistema de ensino em geral e do sistema estadual. São algumas recomendações do Tribunal. Vocês vão começar a manusear isso na hora que estiverem também no campo profissional.

O relatório apresentou as seguintes falhas do Governo Estadual: inexistência de metas relacionada à proficiência do ensino na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO. Aliás, eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

conversava aqui com o Professor Marcos, com a Direção da UNIVAG, sobre a possibilidade, assim que tivermos abertura da LDO do próximo ano, de vocês já começarem a ajudar a construir a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado.

Nós faremos a discussão aqui no *campus*. E levaríamos vocês para a Assembléia Legislativa na discussão da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para que vocês aprendam a confeccionar, como vão aprender a confeccionar o orçamento, porque ela é peça fundamental para o desenvolvimento do Estado. E, no ano que vem, o Plano Plurianual, que são os projetos para os próximos quatro anos, e os programas que vão ser investidos em Mato Grosso. E paralelo a isso, a coordenação dos cursos dessas áreas poderia fazer um paralelo de um PPA nacional, sabendo o que o PPA nacional, o Plano Plurianual, estaria investindo no Estado de Mato Grosso. Então, essas metas, principalmente no ensino médio, no PPA, foi uma das queixa que o Tribunal fez no seu relatório em relação ao Governo do Estado.

Outra: ausência de indicadores de resultado consistente que divergem dos objetivos de metas do PPA e da LDO, caracterizando inexistência de metodologia de verificação, controle, avaliação e sistematização de resultados.

Quando se confecciona tanto a LDO como o PPA, nós temos que fazer um acompanhamento, o Governo tem que fazer um acompanhamento, nas suas Secretarias fins, nas suas Secretarias de meio, mas tem que fazer esse acompanhamento.

O Tribunal também detectou uma baixa produtividade dos resultados do ensino médio na educação rural. Eu estou colocando isso na área de educação exatamente para vocês quando forem conduzir o orçamento. Eu vou deixar essa três peças aqui, professor Marcos, para que depois os seus alunos, alunos de outras áreas possam, numa aula de laboratório, para que vocês tenham conhecimento que aqui já está sistematizado por área.

Aqui, por exemplo, é um orçamento de 2006 da área sistêmica e outros Poderes. Esse orçamento foi retirado da Assembléia Legislativa - o Secretário-adjunto vai poder falar -, porque o Governador quer fazer alguns cortes, mas eu vou deixar isso aqui como exemplo para que vocês depois possam manuseá-los, possam saber como se faz a formatação do orçamento, inclusive com as rubricas, com os recursos para os outros Poderes Legislativo e Judiciário. Estão todos aqui nessas três peças. Vou deixar aqui, professor, também dez exemplares da Constituição Estadual revisada. É a última revisão da Constituição para que os alunos possam sob a luz da Constituição Estadual também apreciar a LOA.

O Tribunal ainda recomenda ao Governo de Mato Grosso a melhoria de indicadores da taxa de abandono e da proficiência do ensino fundamental, responsabilidade preferencial dos municípios, compartilhada com o Governo Estadual.

O Governo de Mato Grosso investiu no exercício de 2004, o montante de setecentos e quarenta milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos na manutenção e desenvolvimento do ensino, incluindo os valores destinados ao ensino fundamental municipalizado, apresentando a aplicação de 25,56% da Receita proveniente de impostos estaduais e transferências da União, nos termos do Art. 212 da Constituição Federal de 1988, que manda que o Governo aplique esse percentual.

No entanto, foram destinados ao ensino fundamental quatrocentos e doze milhões, oitocentos e oito mil, duzentos e trinta e seis reais, representando apenas 14,22% do total dos recursos abaixo dos 15% previstos constitucionalmente.

Então, o Tribunal recomenda que o Governo não repita essa aplicabilidade em 2006, que considerou insuficiente.

Se nós verificarmos na Constituição Federal, nas Disposições Transitórias, no seu Art. 60, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 1496, de 1996, que determina - o que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

determina essa emenda? - que nos dez primeiros anos de promulgação da referida emenda, os Estados, o Distrito Federal e os municípios destinarão não menos de 60% dos recursos a que se refere o Art. 212 da Constituição Federal, à manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, 60%.

A Lei nº 9.424, de 1996, que é a lei federal que regulamenta o FUNDEF, que está sendo substituído pelo FUNDEB - Fundo de Manutenção do Ensino Básico, dispõe no seu art. 1º que os recursos do Fundo devem ser compostos do seu recebimento. Mas, como é a proporção do recebimento do FUNDEF? 15% da quota parte dos impostos: ICMS, IPI, FPE, FPM e recursos transferidos em razão da Lei Kandir. Isso para o Fundo de Manutenção do Ensino Básico. Está sendo modificado agora pelo FUNDEF. Decorrente do ano passado, o Governo de Mato Grosso contribuiu para o FUNDEF com recursos provenientes do ICMS, FPE, IPI, da desoneração da exportação com valores de quatrocentos e vinte e dois bilhões quinhentos e setenta e oito mil e uns quebrados.

A receita do FUNDEF totalizou duzentos e noventa e sete mil quinhentos e oitenta e quatro reais, observando uma transferência de cento e vinte e quatro milhões novecentos noventa e três mil duzentos e quarenta e dois reais para o ensino fundamental municipalizado.

Os mencionados recursos permitem no Orçamento, e aí é importante essa peça... Por que é importante essa peça? Porque o Governo não pode gastar fora disso aqui, a não ser com autorização da Assembléia Legislativa. Isso deve ser objeto de outras palestras, de outros encontros como este. Isso aqui é a cartilha e a bíblia do Governo, que vocês, homens e mulheres que estão aqui presentes vão fazer futuramente, principalmente aqueles que se voltarem para a área pública. Desse total de recurso, 55,4 foram utilizados para pagamento da remuneração dos professores. E contrariou, claro, a Lei nº 9.429, que manda aplicar 60%. Então ficou uma defasagem aí, pequena.

Obviamente, que o Tribunal recomenda ao Governo que, no próximo exercício, ele corrija essas distorções. Caso o Governo incorra nos mesmos erros, o que ocorre? É uma pequena redundância, vocês podem ver - a conta é rejeitada e ela vai ser submetida ao plenário da Assembléia Legislativa à apreciação do Tribunal, tanto na aprovação como não aprovação das contas.

Vale ressaltar que outros problemas que vivenciamos no dia, como Presidente da Comissão de Educação, como transporte escolar, que é outro gargalo do Governo, transportar estudantes, principalmente, de zona rural. Temos uma deficiência gritante do transporte escolar hoje, são cento e quarenta e um municípios, imaginem o volume disso!

Imaginem vocês, por exemplo, lá no Município de Apiacás... Quem conhece Apiacás aqui? Pouca gente conhece. Imaginem isso lá em Apiacás! Vila Riva. Quem conhece Vila Rica? Vocês imaginem isso lá em Vila Rica! Eu estou colocando os pontos extremos do Estado. Colniza. Quem conhece Colniza?

Como o Estado é muito grande, nossos problemas são muito diferenciados. Então, nós temos problema do transporte escolar, da merenda escolar.

A merenda escolar é outro gargalo do Governo, porque ela às vezes não chega em tempo para a criança. Ou às vezes o Governo compra uma merenda escolar que destoa da alimentação local. Nem todos os municípios consomem a mesma merenda. Então, são gargalos que nós temos ainda na educação. E vemos cobrando essas soluções, nós temos fiscalizado e cobrado do Governo.

Eu vou fazer um breve relato aqui sobre a segurança, saúde e a justiça para vocês terem uma idéia de como está o Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Na segurança, nós temos um efetivo da Polícia Militar de 6 mil policiais. Nós precisamos de um policial para cada 250 pessoas. Temos uma população aproximada de 2 milhões e 800 mil habitantes, quase 3 milhões de habitantes no Estado.

Fazendo uma conta um pouco rápida, nós teremos que ter para a segurança do Estado cerca de 11 mil policiais militares. Nós temos uma defasagem de 5 mil policiais. O índice de violência, não é preciso falar para vocês aqui, cresce de uma forma assustadora, principalmente na Grande Cuiabá.

No Corpo de Bombeiros Militar, temos um efetivo de 970 bombeiros. Imagine se tivermos um incêndio na UNIVAG, outro no Palácio Paiaguás e outro no Distrito Industrial. Imagine esse cenário, que eu espero que não aconteça, nunca, principalmente se esse incêndio for de madrugada, ou se for meio-dia, ou seis horas da tarde, seria uma dificuldade muito grande combater esses incêndios, porque esses 970 homens estão distribuídos em todo o Estado.

A ONU indica que seria um bombeiro para cada mil pessoas. O ideal seria um bombeiro para cada mil pessoas. Temos também nessa corporação efetivo abaixo do necessário.

Em 2004, o Estado gastou 8,14% de suas receitas com segurança. Grave esse número, senhores universitários e senhoras universitárias. Foram gastos 8,14% com segurança.

Na saúde, bem rapidamente, o Poder Executivo, segundo o Tribunal de Contas, aplicou 12,39% em 2004, quando o necessário seria basicamente o triplo disso.

O Governo está construindo alguns hospitais regionais, está ajudando a resolver principalmente o problema do Pronto-Socorro de Várzea Grande e de Cuiabá, porque até algum tempo quando lá em Peixoto de Azevedo uma pessoa era baleada - e isso era constante porque lá era um garimpo perigoso -, ela ia diretamente para o Pronto-Socorro de Cuiabá e havia um colapso da saúde. Então, começou-se a construir os hospitais regionais de Colíder, em Sinop, mais próximos dessas áreas. Isso tem melhorado muito o atendimento de saúde, principalmente emergencial.

Justiça, no Poder Judiciário temos 288 juízes, 179 promotores e apenas 74 defensores públicos. Tem alguém da área de Direito aqui? Alguém do curso de Direito aqui? Não! O interessante é que para cada promotor deveria ter um defensor público. O que faz o defensor público? Ele defende a população pobre, que não tem condições de pagar advogado. E no Estado, além de termos muito pouco defensor, nós temos o salário do defensor público muito aquém da necessidade - que o Arnaldo não leve esses dados como do Deputado, mas como um dado do Estado. Eu sou extremamente positivo nessas questões, porque eu sou cobrado por onde eu ando. Eu represento 52 municípios de Mato Grosso na minha representação política, já no quarto mandato parlamentar. E uma das grandes dificuldades que eu vejo no interior, na área do Poder Judiciário, é que não temos defensores públicos para defender as categorias mais pobres.

Em 2004, os repasses constitucionais aos Poderes, os percentuais foram os seguintes: Poder Legislativo - 4,4% do montante; Poder Judiciário - 5,55%; Ministério Público - 1,6%; Poder Executivo - 88,8%. Então, não precisa nem dizer com quem está a chave do caixa. O Poder Executivo tem quase 90% desses recursos. O Arnaldo pode me corrigir se esses dados estão corretos.

A dívida pública de Mato Grosso em 2004 é de 8,5 bilhões. É um dado chocante, mas é a realidade. São dívidas que o Estado vem, há muito tempo, acumulando, inclusive, é objeto também de uma discussão que eu gostaria de fazer, principalmente com a área do Direito, professor, sobre a lei dos precatórios. É um assunto que interessa, hoje, a quase toda comunidade, Lei dos Precatórios.

Entendemos que um dos pontos críticos do Orçamento do Estado é a questão da regionalização dos investimentos. A União quando faz seu Orçamento, quando faz isso aqui, ela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

define lá a cidade onde será feita uma escola, uma creche, um centro de convivência. Ela define já no Orçamento.

O nosso, apesar das constantes solicitações de regionalização, infelizmente, ainda não conseguimos colocar no Orçamento isso nos municípios, o que eu considero uma falha. Considero uma falha. Ele não é um Orçamento específico.

De forma que são apenas alguns dados, as pessoas podem estar questionando: “Por que falar sobre esses dados?” É exatamente porque o Orçamento incide sobre essas questões diretamente.

Então, nós vamos aqui partir para um debate democrático. Está conosco um dos homens que confecciona o Orçamento do Estado, o Dr. Arnaldo, *expert* no assunto, um profissional de grande gabarito e acho que a metade dos cabelos dele já caiu em função dos Orçamentos (RISOS).

Mas cabe a cada um de nós inteirarmos desses assuntos. Ao fazermos uma crítica nós temos que estar inteiramente inteirados de como isso funciona. Eu disse ao Professor Marcos, hoje, lá no meu gabinete, que gostaria de ver todos os estudantes manuseando este material numa aula de laboratório... (NESTE MOMENTO, O ORADOR LEVANTA UM VOLUME DO LIVRO DO ORÇAMENTO). Depois, se possível, apresentasse uma versão, emendas, sugestões para um Orçamento que ainda vamos votar neste ano. Nós vamos remeter para cá também o pedido de sugestões para o Orçamento de 2006. Muito obrigado (PALMAS).

Vou passar a palavra ao Dr. Arnaldo Alves de Souza Neto, Secretário Adjunto do Orçamento da SEPLAN.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Deputado Humberto Bosaipo pela brilhante idéia de trazer esta discussão ao nível acadêmico.

Nós que estamos ao longo desse período de três anos discutindo com a sociedade, temos muita dificuldade nas Audiências Públicas por causa da própria presença e da representatividade que fazem parte dessas Audiências Públicas. Eu gostaria, embora já tenha parabenizado-o, gostaria de parabenizar o público e cumprimentar, em nome dele, todos os componentes da Mesa e cumprimentar a todos vocês que estão aqui presentes em meu nome, em nome do Secretário Yênes e em nome do Governador Blairo Maggi.

É um tema que é bastante preocupante falar em orçamento.

Na realidade, eu até três anos atrás não conhecia de orçamento. Ouvia falar, não tinha noção, e até cobrava muito de todo mundo, de toda forma que falamos, toda vez que se discutia uma política ou qualquer coisa a respeito de qualquer política pública, cobrava o orçamento ou cobrava aplicação de recurso naquela política pública.

E acho que de tanto eu falar, de tanto questionar, o destino fez com que eu caísse nessa área. Na realidade, na área que eu trabalho, que gosto, que é o planejamento. Mas no Estado quem trabalha com planejamento também leva o ônus do orçamento. Então, ao longo desses três anos, eu tenho tentado aprender o máximo possível e tentado tirar de dentro de cada coisa um aprendizado, uma possibilidade de mudança para que possamos fazer uma melhora.

Tudo o que o Deputado colocou aqui tem e está escrito. Existem razões tanto de quem reclama, de quem pede, quanto de quem está do outro lado na hora de distribuir o que chamamos de baralho.

Então, eu gostaria - só que antes de fazer uma apresentação - de colocar algumas coisas para vocês.

Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que a questão - eu tenho discutido isso na SEPLAN - da LDO e da questão da LOA, até eu mesmo tinha dificuldade para entender isso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Na realidade, a Lei de Diretrizes Orçamentárias é como um prefácio, como introdutório da LOA, que é o último passo de todo o trabalho que é feito no Estado. Hoje, não estamos reunindo duas vezes por semana para elaborar o Orçamento de 2007. O Orçamento de 2006 começou em 2004 e, na realidade, o Orçamento de 2007 começou em 2003 quando foi feito o PPA. E, chegamos na LOA, que é o plano final de todo trabalho que começou no Estado.

E aí, Deputado, eu estou vindo de uma reunião com o Ministério do Planejamento - e nós estamos servindo de exemplo para alguns outros Estados - e em parceria com a Assembléia, foi colocado no PPA que anualmente nós faríamos a revisão do PPA para evitar como nos anos anteriores, na maioria dos Estados brasileiros e na própria União, o PPA que começou em 2003, que teve seu início em 2004, foi elaborado em 2003. Quando for em 2007, que ele for ser avaliado, quando concluir 2007 e ser avaliado em 2008, praticamente, ele não tem mais 50% daquilo que foi colocado em 2003.

Então, a dinâmica do país, pela dinâmica da economia, pelos processos que mudam, são mutantes, então, anualmente, nós tentamos fazer uma revisão no PPA e encaminhamos à Assembléia para que ela possa aprovar.

Nós vamos ter no final de 2007, quando for aprovado o PPA, tem que ser feito o relatório para aprovação na Assembléia Legislativa, nós vamos ter tanto a facilidade da Assembléia quanto do Executivo e do próprio Tribunal de Contas, de fazer uma avaliação sobre os trabalhos executados. Então, eu acho isso como uma novidade, uma articulação nova que foi feita entre o Executivo e o Legislativo e que está surtindo um grande efeito na própria confecção do Orçamento anual. Quando vocês estão ouvindo pela manchete de jornais assim: “Vão mudar o Orçamento, vão mudar o Orçamento, o Orçamento está caindo, o Governador mandou tirar o Orçamento”. Isso aí para mim é motivo de realmente perder os cabelos, porque, na realidade, todo mundo pensa que tirar o Orçamento e mudar os números é uma coisa da noite para o dia. Não é! O Orçamento, como eu disse, é a peça final de toda uma revolução de planejamento. E como eu disse para vocês, começou em setembro do ano anterior ainda. Então, nós estamos hoje em setembro discutindo 2007, desde setembro discutindo 2007. Quando é em janeiro nós temos toda uma programação de trabalhos também que possa chegar no final do ano como planejamento para 2006. Então, em 2005 nós começamos dia 21 de fevereiro, a Secretaria de Fazenda entregou uma previsão da Receita, para nós começarmos a fazer um planejamento, então, para 2006, que é esse Orçamento que está aí... (O ORADOR APONTA PARA A TELA DO DATASHOW). Quando a Fazenda entregou esse Orçamento, ele era todo adequado. A legislação e a Constituição Brasileira são ricas nisso, ela pega essa receita que está lá e faz uma margem impressionante.

Vocês vão ver aqui alguns números, eu gostaria de dizer que tenho o prazer de voltar aqui nesta casa, porque estive aqui há dois meses atrás, no Dia do Administrador Público, fazendo apresentação sobre a gestão do Estado e o planejamento do Estado de 2005. Hoje, eu vou demonstrar para vocês o 2006.

Então, quando nós fazemos esse trabalho - ele vai até o final de abril -, nós encaminhamos para a Assembléia Legislativa a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias. Depois que encaminhamos essa lei para lá é que começa o planejamento, em que nós vamos, em cima da perspectiva que nós temos de aprovar o PPA, elaborar os planos de trabalhos, os nossos programas, e isso é feito até o mês de setembro. No dia 30 de setembro, então, nós entregamos o resultado final desse trabalho, que é a LOA.

Então, esse é o processo da construção do Orçamento. Tem toda uma fase. E, para que nós possamos fazer bem feito, nós passamos três meses discutindo com todas as secretarias o teto que cada uma vai ter e quais são os programas que elas vão fazer.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Então, quando falo: vamos tirar o Orçamento da Assembléia Legislativa, reduz dez milhões, cinco milhões, ou seja lá o que for, 5%, preocupa-me, porque não é ali que está a modificação. A modificação está lá em abril. Eu tenho que começar a modificação em abril, porque eu não posso, simplesmente, fazer um corte linear nos programas.

Eu cito, por exemplo, o seguinte: se eu tivesse um programa - eu citei isso na Assembléia Legislativa para o Deputado Carlão Nascimento -, porque é que eu... Não é que eu sou contra as emendas, eu sou a favor das emendas na origem. Porque quando a emenda é feita agora no Orçamento, ou quando é retirada do Orçamento e faço um corte linear, se vier um programa para eu construir, por exemplo, mil televisores, esses televisores... O programa é construir mil televisores, então, tem vários projetos. E um dos projetos vamos dizer que seja aquele botãozinho de liga e desliga. Aquele botãozinho de liga e desliga, eu penso, por exemplo, que vai custar no meu projeto R\$50.000,00. Ou faz-se um corte linear; ou faz-se uma emenda do Deputado retirando aquele dinheiro, aquele recurso que está lá para o botãozinho e passa por outra coisa importante. Não é que não seja importante, é importante também. Quando chegar ao final do meu programa, eu vou ver os mil televisores, mas não posso ligar porque eu não tenho o botão de liga e desliga.

Então, quando a gente fala que para retirar uma coisa, eu tenho que rever o programa, porque se eu tirar R\$50.000,00 de um programa de mil televisores, ao invés de eu fazer mil televisores, talvez eu faça novecentos e cinquenta. Mas aí eu tenho que levar em consideração que eu tenho todas as peças para esse transmissor. E isso é um programa.

Então, essa facilidade com que eu vejo, às vezes, o jornal estampar que é muito simples... Não. Tira orçamento, tira da Assembléia Legislativa, corta aí R\$15.000.000,00 e tal. Isso para mim, é impossível. Usa reserva de contingência. Tem um monte de coisa que são coisas impossíveis de serem mensuradas por questão da própria lei, em questão da execução.

E isso é uma introdução sobre o que eu queria falar sobre o orçamento, da dificuldade que é de fazer e de como cidadão, como vocês, que entrou lá dentro sem sequer conhecer, só de ouvir falar. E, hoje, nós trabalhamos das 07:00 às 21:00 horas, todo o dia, para aprender um pouquinho, para poder estar em condições de fazer o que nós podemos fazer. E como disse, há pouco tempo eu falei para algumas pessoas que nos procuraram lá, eu falei sem almoço. Inclusive estão reclamando trabalhisticamente que estão trabalhando demais e estão recebendo pouco.

Mas o Deputado falou sobre uma coisa chamada indicadores.

O Brasil tem uma facilidade impressionante de propor coisas e uma dificuldade impressionante de regulamentar o que propõe.

O Brasil estabeleceu, através de uma Portaria nº 22, do Ministério do Planejamento, que todos os planejamentos do Brasil - e, agora, inclusive os municipais, têm que serem feitos por programas. E esqueceu de que tinha que capacitar pessoas na elaboração de programas e indicadores. Porque parece simples falar de indicadores. Indicadores é uma das coisas mais difíceis de elaborar.

O Governo Lula preparou o PPA de 2004/2007. O Congresso tomou dele os indicadores. Ele pegou toda a Universidade de Brasília e colocou dentro para elaborar indicadores. Tem dois anos e os indicadores não estão prontos.

O Estado de Mato Grosso está preparando curso de capacitação, especialização para elaboração de indicadores, porque nós também não temos. Não tem facilidade de trabalhar com indicadores. Os indicadores que existem no mercado são indicadores econômicos, indicadores prontos, mas nós temos programas que não são feitos em cima dos indicadores existentes.

Então, quando se resolve fazer mil televisores, eu tenho indicadores dos mil televisores. Não tem esse indicador ali na área econômica, quando é indicador econômico é fácil.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Fundação Getúlio Vargas, IBGE, 500 empresas nacionais, entidades competentes que trabalham com indicadores. Realmente existe esse déficit e estamos correndo atrás. E vão ficar por um período ainda, porque aqui dentro da universidade e dentro do nível acadêmico, nós estamos incentivando a criação de curso de especialização especialmente na área de indicadores. Se perguntar quantos estatísticos têm hoje no Estado de Mato Grosso... Nós procuramos para assinar o nosso anuário estatístico que Vossa Excelência bem conhece, nós conseguimos dois. Então, é preciso incentivar a área de estatística deste Estado.

Quando fala de transporte escolar, quando fala de FUNDEB, eu sou representante do Estado na discussão com o Governo Federal e eu entrei nisso de pára-queda, porque teve uma reunião aqui em Cuiabá e eles falaram: “A unidade medida que nós estamos usando é a aluno/padrão. E a aluno/padrão custa tanto”. E eu falei assim: Como custa tanto? “O aluno médio brasileiro custa tanto.” Eu falei: Não posso concordar com isso, não posso concordar, porque este Estado tem dimensão continental, são 906 mil quilômetros quadrados, 141 municípios e nós temos que transportar alunos numa demografia no Estado que é de 7,8 habitantes por quilômetro, quando a média nacional - e olha que na média estão inclusos Mato Grosso, Amazonas e tudo - é de 17 habitantes por quilômetro.

Então, vocês vêem as dificuldades. Enquanto eu estava discutindo isso, o pessoal de Santa Catarina estava reclamando, que são 80 mil quilômetros quadrados e 293 municípios. E eles estavam reclamando de transporte escolar. Então, essas coisas também são preocupantes para nós.

A apuração dos resultados, quando o Deputado fala, e hoje está sendo regulamentado - sobre a apuração do resultado de saúde na educação, nós vamos ao Governo Federal - porque não tem como você apurar janeiro e dezembro, porque todo mundo sabe que empenho em nível de dezembro é quase impossível. Então, nós estamos propondo na regulamentação que a apuração seja feita doze meses anteriores, preservando dois meses, ou seja, quatorze meses anteriores. Então, seria a apuração sempre de doze meses, mas em dezembro nós estaríamos com o resultado equivalente até outubro, porque aí sim, eu posso pedir, aí não tem desculpa para o gestor, porque vai aplicar o excesso de arrecadação e a arrecadação que chega mais tarde, ele pode aplicar em dezembro e janeiro, que ela é compensada. Então, Deputado, é uma das explicações que queríamos dar.

O pessoal do FUNDEF que está escrito aí, o Estado fez uma coisa que favoreceu e se prejudicou. O FUNDEF não pode pagar, de forma alguma, a questão dos servidores aposentados e pensionistas. E como ele não pode pagar, ele tem uma deficiência, porque ele tem que aplicar 60% em Pessoal. E o Estado nunca cobrou do FUNDEF o recurso da contribuição patronal que corresponde a 11% do resultado final da aplicação bruta, de pagamento bruto. Então, a partir deste ano está cobrando. E aí nós vamos contar acima dos 60%. Então, são algumas informações que, realmente, nós estamos aprendendo dentro disso que está aí.

O que eu vou mostrar para vocês agora vai responder em parte tudo que o Deputado está colocando e nós também temos essa intenção. Se dependesse do Governador Blairo Maggi, hoje nós teríamos onze mil policiais, hoje nós teríamos, pelo menos, mais dois mil bombeiros. O que eu vou mostrar para vocês é uma síntese do Orçamento de 2006. Nós vamos mostrar como foi usado esse Orçamento, de que forma a legislação obriga a usar esse Orçamento e também essa proposta de retirada do Orçamento da Assembléia Legislativa que foi feita, o que vai acontecer com a mudança desse Orçamento.

Eu pergunto ao Deputado se ele não quer se sentar na platéia, porque fica mais fácil apresentar esses números.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Nós vamos apresentar isso aqui em dois momentos: o primeiro momento é o Orçamento do Estado da forma que ele foi encaminhado para a Assembléia Legislativa, porque esse, para nós, é o número que nós fechamos. Ele está todo delineado de acordo com a Constituição, de acordo com as legislações pertinentes, tanto em nível federal quanto em nível estadual.

Então, eu gostaria de começar falando um pouco da receita. A receita do Estado era calculada através de uma metodologia que é ímpar em nível nacional, feita pela Secretaria de Fazenda do Estado. Utilizamos para isso duas entidades representativas de alta competência, uma de São Paulo e outra de Mato Grosso. Aqui de Mato Grosso é a Universidade Federal. São dois Orçamentos feitos e esses dois são comparados, no final, com o cálculo da Secretaria de Fazenda. Se houver qualquer distorção, isso é ajustado, é discutido novamente e é fechado.

Então, a Fazenda apresentou para a Secretaria de Planejamento um Orçamento, uma arrecadação prevista de seis bilhões quarenta e cinco milhões para o ano de 2006. Isso foi o trabalho feito até setembro de 2005. Dessa receita nós temos de arrecadação indireta, que é aquela que vai para o DETRAN, INDEA, aqueles que têm arrecadação própria, aqueles órgãos que têm arrecadação própria representam trezentos e vinte e quatro milhões. Essa coluna da porcentagem sempre representa o total, depois eu vou mostrar uma outra porcentagem, mas por enquanto vou trabalhar com aquele que representa o total.

Na administração indireta, parte desses recursos é utilizada na manutenção da máquina do Estado, no que tange à segurança pública, porque boa parte do recurso do DETRAN vai para a segurança pública e para os fundos sociais, por isso que se chama receita própria de 181 milhões. Receita própria compartilhada é aquela que o órgão que arrecada distribui com outros órgãos do Governo.

Convênio, expectativas de convênios com o Governo Federal é outro problema. Nós do Estado não temos conseguido convênios, mais do que 20% do que está previsto anualmente. Nós temos uma dificuldade muito grande no que tange a convênios junto ao Governo Federal. E aí tem culpa nossa logicamente e tem culpa também o Governo Federal. Então, estão aqui aqueles 6 milhões. O que tem de receita do Tesouro mesmo, ou seja, do recurso que entra e nós podemos trabalhar com ele, o Governo do Estado vai trabalhar com ele, são aqueles 5 milhões e 700 diretamente, que representam 94,6%.

A partir daqui nós começamos as transferências.

A primeira transferência oficial que nós temos é a transferência dos municípios, que corresponde a 25% aproximadamente da receita corrente líquida e representa em torno de 17,46% do orçamento total dos 6 milhões e 45. O que sobra líquido para o Tesouro, 4 bilhões, 665 milhões. Então, aqui nós começamos a trabalhar dentro do Estado, para dentro do Estado, que eu falo, Executivo e Poderes, porque até aqui nós trabalhamos com todo o Estado.

Então, começamos com as transferências. As transferências a fundos, e aqui nós temos assim, rapidamente, para passar alguns, o maior dele é o FUNAJURIS, que é a arrecadação do Tribunal de Justiça, que representa em torno de 0,7% do orçamento total. São 42 milhões. E ali vem toda a distribuição desses fundos, que foram criados pela legislação estadual. Esses são fundos, na sua maioria, criados pela sua legislação estadual, exceto aqueles que têm o comprometimento federal. Isso aí vai dar um total. Ele está... Eu estou deixando para somar esse valor de "F" para frente na outra parte.

Aqui nós começamos com as vinculações legais. Aqui é obrigação constitucional. Saúde, 429 milhões, que representam em relação o total de 7,11%; transferência ao SUS é aquilo que o Governo Federal encaminha para o Estado e o Estado tem que transferir para os municípios, que é transferência direta, só entra para o Estado transferir, mas compõem a receita do Estado. E até o ano passado o Estado pagava em cima disso aí uma taxa de quase 20%, porque a dívida cobrava

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

em cima disso e nós conseguimos no ano passado exonerar o Estado dessa dívida. E esse recurso o Estado nem precisava receber, bastava o Governo Federal transferir direto para os municípios. Mas como o Estado recebia, o Estado ainda pagava para ajudar o Governo Federal.

A educação, 738 milhões; tem a transferência para a capacitação dos educadores, que é o FNDE, 13 milhões; o FETHAB, que é uma lei estadual, que é lei que, hoje, permite a construção, a manutenção das estradas e a construção das habitações que estão sendo feitas no Estado de Mato Grosso. Isso é o resultado de um trabalho que começou e foi feito na Assembléia, junto com o ex-Deputado Benedito Pinto, daqui de Várzea Grande, uma das pessoas que começou com essa lei, ela veio de Mato Grosso do Sul. E a Assembléia Legislativa foi um dos grandes incentivadores e provocadores para que isso fosse feito, aplicações desses recursos.

UNEMAT, FAPEMAT, CEPROTEC e FEEP - Fundo de Educação Profissional do Estado, esses aqui são recursos de vinculações legais, constitucionais.

Tem outras vinculações que são convênios com o Governo do Estado, direto para o Executivo, não mais nas indiretas, mas nas diretas, que têm a previsão de 46 milhões; pagamento de inativos e pensionistas do Estado de Mato Grosso, e aqui mais uma vez eu mostro uma dificuldade do Estado, o Estado paga parte dos pensionistas que aposentaram na época antes da divisão. Aqui está no Executivo, mas não é só no Executivo, o Legislativo paga, o Judiciário paga todo mundo que aposentou antes da divisão do Estado. E nós estamos cobrando, hoje, do Governo Federal, porque ele assumiu parte desse recurso. Nós estamos cobrando e parece que este mês resolve e nós equacionamos para que ele volte a pagar parte desse recurso que ele assumiu na época da divisão do Estado.

Nós temos a CIDE, que é um recurso que vem do Governo Federal, a previsão, e as inflações que no total somam 294 milhões. Então, eu estou tirando toda aquela parte da alíquota do Tesouro que era 4 milhões, tirando a soma F + G + H, que são os três fundos, vinculações constitucionais e outras vinculações nos sobram um total que nós chamamos de Fonte 100, que é Recursos Ordinários do Tesouro, não sobram dois bilhões quatrocentos sessenta três milhões, que corresponde a 40,75% do Orçamento total do Estado.

Aqui vamos chamá-lo Fonte 100. É onde todo mundo fala, é onde o Governador tem autonomia para trabalhar. Mas aí é em partes, autonomia em partes.

O que é feito com esse recurso? Desse recurso nós temos pessoal e encargos do Executivo. Então, isso aí não tem como fugir, são todas as secretarias do Estado, exceto as vinculadas, ou seja, Saúde e Educação. Todos os outros órgãos do Estado são pagos por aqui.

A dívida pública, e aqui o Deputado citou, é altamente preocupante. O Governo Estadual manda para o Governo Federal, a previsão inicial é de seiscentos quarenta milhões e não recebe de volta nem 70% do que está aí, de aplicação no Estado, qualquer recurso federal. Isso é outra coisa preocupante, a ponto do Governador ter proposto ao Presidente Lula, obviamente, uma proposta não técnica, mas é uma proposta de desabafo, que ele não precisava investir mais um centavo no Estado de Mato Grosso, desde que ele autorizasse que nós não pagássemos mais a dívida. Nós, com certeza, sairíamos ganhando.

Os outros poderes representam arrecadação total do que nós estamos falando, 10,4; outras despesas correntes do Governo, aí quando nós falamos em outras despesas correntes são as despesas de custeio e investimento, luz, água, telefone, diária, passagem e todo trabalho dos servidores dentro do Estado, que são 2,07%.

Encargos gerais do Estado, que são os encargos que o Estado têm que pagar como, por exemplo: encargos trabalhistas, encargos para pagamento de serviços como contratação do CEPROMAT, outros encargos que compõem a dívida do Estado ou a execução do Estado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Aí nós temos a reserva de contingência que é legal. Isso é instrumento legal da Constituição que diz que no projeto de lei que tem que ser encaminhado para a Assembléia Legislativa uma reserva de 2% da receita corrente líquida, para que seja a garantia da execução para o Governo Estadual. Então, esse valor aí, noventa dois milhões também é constitucional.

Para investimento sobram, então, vinte seis milhões! E esse era o melhor ano que nós tínhamos de todos os três que nós estamos até agora. Porque nós conseguimos resolver, em 2003, o problema de orçamento, porque tínhamos um Orçamento desequilibrado. A maioria dos órgãos, Executivo e Poderes, já tinha usado o orçamento, o financeiro já tinha sido pago e o financeiro não tinha orçamento. Então, o Governador, em 2003, sentou com os Presidentes de todos os Poderes mais o Ministério Público e foi levantado tudo o que tinha de déficit orçamentário e financeiro. E foi feito, em junho de 2003. Zeramos o Estado. Então, o Estado, hoje, é um Estado que se alguém falar que tem financeiro e não tem orçamento, tem alguma coisa errada, porque só existe orçamento se tiver financeiro. Se não tiver financeiro, não pode ter orçamento. E não pode ter financeiro sem orçamento. Então, hoje, o Estado está equilibrado por causa dessa situação. Enquanto tiver diferença entre o orçamento e o financeiro, o Estado está desequilibrado.

E aqui é a famosa história que vocês estão sabendo pelos jornais, estão acompanhando pela imprensa que, no dia 15 de setembro, depois que o orçamento estava pronto, estava prestes a ser encaminhado à Assembléia Legislativa, a Secretaria de Planejamento recebeu da Secretaria de Fazenda um documento em que a FIP que faz essa medida de valores, em que a Universidade Federal de Mato Grosso apresentou um novo quadro para o Estado de Mato Grosso para 2006, prevendo o não crescimento igual estava o Estado de 17%, mas, sim, um crescimento de 5%. E isso impactou numa redução da receita de 460 milhões e 600 mil reais.

Antes disso queria passar só mais um quadro, só para ficar no que está aí.

Eu peguei a Fonte 100 do Governo do Estado e a coloquei como 100 e distribui a participação de todo mundo nessa Fonte 100. Então, temos ali.

Pessoal e encargos do Executivo é 33%; a dívida pública representa 26%; outros Poderes 25%. Isso em relação à Fonte 100. Só falar da Fonte 100, o recurso que o Governador tem em suas mãos.

Outras despesas correntes, 5%; os encargos do Estado, 4,8%; reserva de contingência, como ela é calculada em cima da receita corrente líquida aqui ela é maior. Então, tem 3,77%; investimento, 1%; e inversões financeiras, que são os compromissos que o Governador fez junto ao Banco Central de investir uma quantidade de recurso na MT FOMENTO. Então, o Governo tem ao longo de 5 anos um contrato com o Banco Central de fornecer uma quantidade de recurso que ele pudesse, que existia a MT FOMENTO. E aqui eu fiz também um estudo, para que vocês possam ter uma idéia de como concordam aqueles fundos que nós vimos lá atrás, como é que eles concordam. Eu dividi em três partes: Pessoal, Juros e Encargos da Dívida e Custeio e Investimento. Na realidade, Juros e Encargos da Dívida nós só vamos ver lá na frente.

Então, você tem, por exemplo, o Fundo Estadual de Segurança Pública, que é o FESP, é Outras Despesas Correntes e Investimento. Mas vocês podem observar que são várias fontes. Onde está escrito Fonte ali, significa dizer que da Fonte 100, daquilo que eu falei que é recurso do Tesouro, só vai ter vinte nove milhões de reais. Se você pegar o Fundo Partilhado de Investimento, não tem nada da Fonte 100, ele vem um pouco derivado, é compartilhado, ele surge de outros impostos, de outras características.

O Fundo Estadual da Cultura, ali nós temos a SINFRA, ali está o FETHAB. Então, hoje, nós temos para investimento da Secretaria de Infra-Estrutura, que tem que fazer além das coisas do FETHAB, as obras do Estado, inclusive o saneamento, nós temos dois milhões de reais só. O que não dá nem para começar pensar em fazer alguma coisa.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

A Fundação Universidade de Mato Grosso, de Pessoal ela gasta cinqüenta seis milhões de reais; Outras Despesas Correntes, ela gasta treze... Está aqui, dezessete milhões de reais, e investimento, algo em torno de nove milhões de reais. Tem um total geral na UNEMAT de oitenta quatro milhões de reais. É constitucional esse número! Esse número existe na Constituição e é um percentual fixo de 4,2%.

A Fundação de Amparo à Pesquisa - FAPEMAT, que recebe aquele Fundo de quinze milhões de reais, e acho importante falar sobre ele, porque ele é um Fundo que tem sido muito pouco utilizado dentro do Estado. E é o mais importante, foi criado numa batalha grande na Assembléia Legislativa, quem propôs foi a Assembléia Legislativa e nós temos dito hoje, no Estado, que nós acadêmicos temos que conhecer mais esse Fundo e elaborar pesquisas mais para que possa desenvolver o Estado de Mato Grosso. Tem recurso para isso!

Aqui eu passei para os principais itens que são: Saúde e Educação. A Saúde, do que ela recebe, cento noventa nove milhões são para pessoal.

Outras despesas correntes, R\$186.000.000,00.

Investimentos, R\$40.000.000,00, porque tem um orçamento constitucional, aquele que são os 12%, R\$429.000.000,00, R\$430.000.000,00.

Aquela transferência que eu falei do Governo, apenas o juiz do Estado como transferidor recursal e município. Logicamente, ele é só nas despesas correntes e investimento e na questão da educação de que o Deputado falou.

Hoje, nós temos uma grande preocupação, 85% do Orçamento da educação são para pessoal! A tendência é que no ano de 2012, 2014, não tenha dinheiro nem para custeio se continuar dessa forma. Então, existe uma proposta, não adianta também fazer coisas às pressas, no desespero, porque não resolve. Já tem, hoje, um estudo sendo elaborado de gestão que envolve, inclusive, a Secretaria de Educação, para que nós possamos tentar mudar um pouco a gestão, a forma de secretarização no Estado. Mas, não é só educação, é todo o Estado. Todo Estado precisa desse choque de gestão. Ele está sendo preparado, está sendo desenvolvido aos poucos porque não existe choque de gestão em um Estado que é contínuo de forma pontual para o Estado de uma vez só. Não tem nenhuma chance de fazer isso

Nós vimos ali a questão da transferência e recurso da Secretaria de Fazenda, a responsabilidade dela, que perfaz ali um total de R\$707.000.000,00 da dívida menos 67.000.000,00 que são as despesas correntes da Secretaria de Fazenda.

Eu trouxe estes quadros aqui porque eu queria mostrar para vocês que, basicamente, nós temos um comprometimento muito grande de pessoal. Mas, ele é muito menor do que a Lei de Responsabilidade permite, não porque nós queremos, mas por causa da dívida. A Secretaria de Tesouro Nacional estabeleceu como meta para o Estado, a Lei de Responsabilidade Fiscal diz que o Estado não pode gastar mais do que 60% do que arrecada para pagar pessoal. A STN estabeleceu para negociação da dívida, que esse valor do Estado, se nós pudéssemos pagar a dívida, logicamente, não pode ultrapassar 50%.

Esse número nosso é 39%, é para ser gasto com servidores do Executivo, que seria 49 e 11% com os demais Poderes. A Assembléia Legislativa, por exemplo, ela pode gastar 1,77% da receita corrente líquida com pessoal. Se ela gastar mais do que isso, ela tem que incorrendo um erro da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, esses detalhes, logicamente, a Constituição mostra. Vocês vão ter oportunidade de ver. E também podemos trazer o detalhamento disso aí com mais facilidade. Uma palestra, uma coisa específica sobre esse assunto.

Eu trouxe aqui um resumo do que esse orçamento que nós falamos todo aí.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Então, por exemplo, as despesas correntes, ou seja: Pessoal, juros e encargos da dívida e outras despesas correntes representam 82,59% de toda a despesa do Estado. As despesas de capital, que são investimentos, invenção financeira e amortização da dívida representam 15,87% do Estado. E a reserva de contingência em cima de um orçamento representa 1,54% do Estado.

Na área social desses recursos todos são aplicados R\$2.545.000.000,00 que representam 42,2% do recurso arrecadado do Estado.

Na área instrumental, que é administração, comunicação, isso aí representa 5,87%; na área econômico-ambiental, 10,68%. Ali pode ver um número muito desagradável em termos de saneamento. Aí vai falar assim: O Estado não aplica recurso de saneamento. É que o saneamento no Estado foi municipalizado e isso temos tido vantagens e desvantagens. Os municípios pequenos automaticamente estão sofrendo muito essa municipalização. Mas o Estado que autoriza, com um acordo com o Tribunal de Contas, com a Assembléia Legislativa e parte dos recursos - e está na Constituição, estão apenas com parecer, porque está na Constituição - da saúde vai ser destinados ao saneamento básico. Nós sabemos que para cada R\$1,00 investido no saneamento básico, economizam-se R\$4,00 na saúde. Então, a partir do ano que vem existe a perspectiva que ele possa investir um pouco mais no que tange ao saneamento básico. É um número alarmante para quem cuida de saúde, não é para quem cuida de saneamento, não. Quem cuida de saúde e vê ali 0, 01% para saneamento básico, tem que assustar, porque sabe que cada vez que este número está mais baixo tem menos investimento em saneamento e mais problemas de saúde que nós vamos ter.

E tem os Poderes que representam 10,1%, neste caso para os cálculos. No outro está um pouco mais alto, porque a Defensoria já faz parte do outro cálculo, e não está aqui ainda. A Defensoria neste cálculo ficou no Executivo. Os encargos especiais representam 29,78%; a reserva de contingência, 1,74%. Então, esse quadro é que demonstra onde é que está o nosso Orçamento. Esses quadros mostram até onde você pode atuar.

E aí, quando eu digo ao Governador que ele só tem autonomia para trabalhar sobre 2% do Orçamento, ele, às vezes, pára e fica pensando comigo se isso é verdade. E eu vou mostrar para vocês agora o que vai acontecer com o Orçamento de 2006 se confirmarem todas as negatividades que estão apontando para ele, ou seja, uma redução de R\$460.600.000,00 e uma redução de R\$135.000.000,00, que é o repasse da Lei Kandir.

Então, vou mostrar rapidamente esse mesmo Orçamento que nós vimos, eu vou mostrar com redução para vocês em três slides.

Então, o Projeto de Lei Orçamentária foi encaminhado para a Assembléia com R\$6.045.000.000,00. Houve uma primeira redução no dia 15 de setembro, pelo SEFAZ, de R\$460.600.000,00. No dia 30, no dia que encaminhamos para a Assembléia, o Governo Federal encaminhou o Orçamento dele de não consta no Orçamento do Governo Federal o repasse da Lei Kandir, que é uma compensação pela exportação do Estado. Às vezes, se pergunta assim, podem ter lido no jornal: Acabei de ler uma reportagem que o Estado aumentou a exportação dele em 34% este ano e vocês estão falando em queda de arrecadação? E 34% de exportação significam 34% que passam pelo Governo do Estado sem deixar nada, que passa direto e vai direto para a arrecadação do Governo Federal, porque há isenção para a taxa dos impostos de importação do ICM do Estado. Então, ele passa direto.

Então, quando o Secretário Alexandre Furlan falou domingo, no jornal, na segunda-feira ou terça-feira que a exportação aumentou 34%, para nós, no Orçamento, ver o IPI, nós choramos. É o contrário, porque eu sei que nós estamos perdendo recurso. Esse é um problema sério para nós, embora o Brasil esteja ganhando, porque se a Lei Kandir fosse cumprida de acordo com o que está estabelecida, o Estado receberia por ano R\$900.000.000,00 e o Estado tem recebido uma esmola na faixa de 10% desse valor. E, agora, para o ano de 2006, o Governo Federal apenas retirou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

do Orçamento qualquer imposto, que é essa última coluna ali, onde passa para R\$595.000.000,00, com o fator de redução de LK - Lei Kandir, de R\$135.000.000,00.

Então, o que vale para o Orçamento do Estado é essa última coluna de alteração. Aqueles números todos que vocês viram lá, modificam, e modificam de forma diferente por causa das composições dos números.

Vocês vão ver que a Lei Kandir, o Deputado Humberto Bosaipo falou, só incide na educação. Vocês vão ver que ali está tudo branco. Houve a redução dos quatrocentos e sessenta milhões, mas no que tange a Lei Kandir, nenhum órgão sai perdendo, aí que vai ser o nosso problema lá em baixo.

Aqui, continuem observando que todo esse espaço, os fundos, FUNGEFAZ, etc, nada perde com a Lei Kandir.

A educação, o Deputado Humberto Bosaipo colocou bem claro na fala dele, tem uma participação da compensação da Lei Kandir, que representa quatro milhões. Então, na educação há uma perda de quatro milhões a mais. Por isso que nas vinculações se perdem 10,3%, na realidade a educação perde um pouquinho mais, porque ela tem a participação da Lei Kandir. Se há redução, ela perde. Verificamos que o FETHAB perde por causa da questão do combustível. A UNEMAT perde e a FAPEMAT também perde por causa do ICMS.

Agora, aqui nós vemos também que ninguém perde nada com a redução da Lei Kandir, só perde com a alteração do ICMS, aquela redução de quatrocentos e sessenta milhões.

Aqui é o grande problema, aqui é onde nós estamos vendo falar de 13,16%, que é o que perde a Fonte 100. E aqui é onde o Executivo e o Legislativo estão discutindo, porque há uma proposta de redução de 13,16% para o Legislativo. E uma proposta de redução de 13,16% para o Executivo. Eu ocultei um *slide* aqui, seria o próximo. Eu não iria mostrar esse *slide*, porque esse *slide* aqui eu entreguei na mão do Governador ontem na hora que nós saímos lá do Tribunal de Justiça.

Esse *slide*, para mim, é o retrato do Orçamento do Estado de Mato Grosso, por isso é que eu, realmente, tenho a minha preocupação na hora que estou discutindo, porque esses números têm que ser transparentes e todo mundo tem que conhecer. Mas eu fiz questão de mostrar primeiro ao Governador porque ele é o nosso mandatário, ele é a pessoa que tem que saber primeiro desses números. E esses números não estão publicados. Eu vou apresentar para vocês aqui em primeira mão, porque parece que corta 13% no orçamento, é apenas pegar uma faca e fazer assim. Eu não vou nem discutir a questão dos Poderes que eles estão com uma reivindicação, mas eu vou apresentar o que ele representa para o Estado. É só olhar ali no quadro.

Eu queria mostrar para vocês como o orçamento não é trabalhado de forma linear.

Nós mostramos o fator de redução, a terceira coluna, onde está escrito 13,16%. Se isso fosse feito de forma linear, conforme está se falando, não teria problema nenhum. Ou seja, nós botaríamos 13,16%. Chegaríamos lá em baixo com 2,139, que é o novo valor da receita do Tesouro. Nós trataríamos, todo mundo, por igual, em 13,16%, mas o Executivo não funciona assim. Já começamos ali em cima, na parte da coluna, a lei de elaboração da LOA, de acordo com a lei de elaboração da LOA.

Então, já temos o primeiro item que é a reserva de contingência. A reserva de contingência não trabalha com a receita ordinária. Ela trabalha com a receita corrente líquida, que é aquele último detalhe lá em baixo, ou seja, 2% da receita corrente líquida. Então, ela passa por 82. Ora, se eu tinha que economizar, se era 80, passei para 82, para quanto que eu fiquei? Já perdi 2 milhões. Eu tenho que tirar de alguém, e só estamos trabalhando com Executivo.

O outro item, inversões financeiras são os contratos assinados com o Banco Central, o Governo não pode mexer nele. Então, eu passo a perder mais 284 milhões.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Ora, eu não posso chegar lá e falar: Eu não vou pagar vocês mais. Eu não posso fazer isso. Eu tenho que pagar. A Lei de Responsabilidade Fiscal exige do governante que ele passe o ano tendo pago o servidor. Ele não pode deixar de um ano para o outro.

E muito mais, neste ano agora que vem, porque é o ano fiscal do Governo. A Lei de Responsabilidade Fiscal vai cobrar os quatro anos do Governador, seja ele reeleito ou não, dia 1º, a partir do mês de janeiro. Reeleito ou não, ele tem que comprovar que nesses quatro anos ele executou, está dentro da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, cortar o pessoal é impossível, pelo menos aparentemente, nessa primeira edição que estamos trabalhando. Isso significa dizer que eu já estou perdendo aqueles dois, aqueles duzentos e agora estou devendo mais cento e nove, porque se eu tinha que passar para setecentos e dezenove e estou com oitocentos e vinte e oito, já teria mais cento e nove.

Aí vem a famosa dívida, a dívida não comporta de forma linear, a dívida é adquirida nos quatorze meses anteriores e ela tem uma missão de modificar todo esse processo.

Então, começa a esbarrar em dívida pela minha conta lá, de seiscentos e quarenta, passaria para quinhentos e cinqüenta e seis. Mas quando eu aplico as fórmulas no acúmulo da dívida, na realidade, ele vai passar para seiscentos e vinte, e só tem um declínio de quarenta. Então, eu perco mais 64 milhões.

O que sobrou? Sobrou custeio da máquina e investimento. Ora, eu tinha duzentos e dezessete milhões para o custeio da máquina, duzentos e quarenta e três milhões, duzentos e onze corrigidos, para o custeio da máquina. E aí vai toda a despesa de encargos, tudo que está aí dentro. Sobraram apenas cinqüenta e três milhões.

E para o investimento do Estado, que este ano era mais, vinte e seis milhões, sobrou apenas cinco milhões. Esse é o imbróglio do Estado. Quando eu falo com o Governador que ele só tem cinco milhões para jogar baralho, é brincadeira! Mas é verdade! Ele sabe!

Por isso nós estamos fazendo o grande estudo de gestão do Estado. Nós temos que mudar! Nós temos que mudar a forma de administrar o Estado! Nós temos que mudar a forma de tratamento da questão federativa do Estado! Temos que rever! A União criou muita contribuição e contribuição não divide com municípios e Estado, o que divide com municípios e Estado é imposto. Então, as contribuições todas estão lá, estão na mão do Governo Federal. Então, não é passado para os Governos Estaduais e Municipais.

Há questão de vinte anos o Governo Federal arrecadava, do bolo de 100%, ele ficava com 25%. Hoje, ele fica com quase 70%, e os Estados e Municípios perderam esse espaço.

Então, hoje, infelizmente, a mensagem que temos levado para o Estado é que necessitamos fazer uma reforma, uma mudança drástica, para que possamos ter uma recuperação na forma de trabalhar o Estado.

Quando o Deputado fala que nós precisamos ter mais policiais, eu concordo plenamente com ele, eu só não sei de onde eu vou tirar recurso para pagar esse pessoal. Eu preciso saber de onde eu vou tirar recurso.

Quando eu falo que poderíamos investir mais no saneamento, mais na educação, mais na saúde, é uma forma de todos nós, todo cidadão, todo dirigente, especialmente o próprio Governador. Basta tirar dinheiro de quem? Aumentar o imposto? É impossível aumentar imposto, a carga tributária hoje é muito grande.

Então, essa revisão de gestão do Estado que inclui desde a arrecadação do Estado até o gasto mais simples do Estado, é outra proposta que nós temos hoje para apresentar, para que possa mudar um pouco essa visão do Estado e incentivar cada vez mais a criação de indústria e transformação neste Estado, porque ela vai gerar emprego. E gerando emprego, ela vai gerar recursos para que nós possamos aumentar essa arrecadação de forma diferente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Antes de terminar, eu gostaria de deixar o nosso *site*, o endereço da SEPLAN, porque esse Orçamento que está aqui, que o Deputado Humberto Bosaipo trouxe, também está disponível na página da SEPLAN. Vocês, hoje, são quase todos internautas por necessidade de estudo, também poderão pesquisar o Orçamento do Estado. O de 2005 está muito bem elaborado, está fácil de pesquisar. O de 2006 está sendo retirado porque não o apresentamos em forma de detalhe, mas brevemente ele já vai estar detalhado.

Também estou deixando o *site*, o *e-mail* nosso da SEPLAN, qualquer consulta pode se dirigir a ele e, com certeza, se a gente puder responder e falar.

Eu agradeço e passo a palavra ao nobre Deputado Humberto Bosaipo (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Nós vamos ouvir o Professor Antônio Carlos Roque, Procurador-Geral.

O SR. ANTÔNIO CARLOS KERSTING ROQUE - Na realidade, eu teria muitos comentários a fazer.

Sem sombra de dúvidas, eu acho que as dívidas merecem uma auditoria, segundo eu sei, não se faz, mas isso é apenas um ponto. Lamento que o saneamento receba aquela destinação que hoje é dada a ele. Lamento profundamente. Lamento que isso ocorra, principalmente sabendo que a Lei nº 8.036, que trata do Fundo de Garantia tem muito dinheiro conforme dispõe o seu art. 9º. Pois os recursos do Fundo estão, mais ou menos, estimados em noventa bilhões de reais.

Lamento também que as cidades aqui não tenham planos e projetos para utilizarem os recursos do Ministério das Cidades que, no ano passado, fecharam sem utilização de um bilhão e cem milhões de reais. Isso tudo é lamentável por falta de planejamento.

Mas o que mais me incomoda - e aí, Deputado, é um pedido que eu lhe faço. A história deste País, das suas Constituições, sempre o Estado teve apoio dos cidadãos. Na Constituição de 88, chamada cidadã pelo nosso saudoso Ulisses Guimarães, contemplou o cidadão lá no seu artigo 5º, inicialmente, já diz dos seus direitos e de suas garantias.

Ocorre que o contemplar o que está na Constituição e trazer para o cidadão aquilo que ele tem direito, realmente é uma distância muito grande. A Constituição tem essa vontade, mas o Estado continua, vamos dizer assim, de certa maneira, negando esse princípio, esse direito básico, que lhe é consagrado pela nossa lei maior.

Temos um problema, e o senhor colocou muito bem. Não temos... Eu falo aqui não como Procurador-Geral do Município de Várzea Grande, mas como advogado que sou, membro da Ordem e de uma das suas comissões, efetivamente o cidadão precisa de amparo. Justiça é o primeiro direito de cidadania, e isso nós temos que contemplar. Não temos defensores públicos. A nossa Justiça proíbe economicamente o acesso aos tribunais, porque as taxas que são cobradas daquele que busca o seu direito efetivamente estão em valores astronômicos e existe um bloqueio econômico a esse acesso.

Então, Deputado, naquilo que lhe compete e Vossa Excelência, como que é advogado também, no próximo PPA, em 2007, tente com seus Pares destinar um pouco mais de verba para os defensores públicos, porque é efetivamente destinar a cidadania aos nossos cidadãos. Muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - Com a palavra, o professor Marcos, professor de Ciências Contábeis, que foi um dos responsáveis e articulador desta Audiência Pública.

Antes do professor Marcos falar, quero convidar a todos e a todas para o Seminário de Responsabilidade Social que será realizado no dia 02 de dezembro, na sede da AMM- Associação Mato-grossense dos Municípios. Nós vamos ter a presença dos ícones da Responsabilidade Social no Brasil, como a Fátima Freire, que é uma mestra no assunto e esse é um

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

assunto que interessa diretamente a vocês também, a questão da Responsabilidade Social, no dia 2 de dezembro, na AMM.

O SR. MARCOS JOSÉ DA SILVA - Deputado Humberto Bosaipo, Secretário Arnaldo, Secretário João Proença, os professores, agradecemos pela presença.

Eu só vou fazer um breve histórico, rapidinho, antes de me dirigir aqui ao Deputado e ao Secretário.

Quando em reunião de colegiado surgiu essa oportunidade da realização, primeiro inicialmente do desenvolvimento desse projeto, depois essa realização que se efetivou... E a parceria da Profª Neide, da Profª Gonçalina, a maioria dos nossos alunos afeitos a esses professores e a mim... Vocês sabem do sacrifício, aquela questão toda! O que nós buscamos ao trazer esta Audiência Pública para vocês? Para que aquilo que vocês estão vendo, especialmente na minha matéria, Orçamento Público, Contabilidade Pública e boa parte na área de Direito com a Profª Neide, vocês estão vendo traduzidos nos números, mas principalmente para que vocês tivessem o exercício da cidadania. Eu sempre fiz a pergunta para vocês: Se já havia participado de Audiência Pública? Nunca! Vocês estão vendo que não é um bicho de sete cabeças. Na verdade, é um direito nosso, é muito mais que um direito, eu considero como um dever. Então, os nossos professores, a Profª Neide, a Profª Gonçalina e eu próprio, visualizamos, inicialmente, não foi nem a questão técnica e acadêmica naquele primeiro momento, foi para que vocês tivessem esta oportunidade. Quem está ficando aqui até agora está observando o quanto que é importante ter conhecimento disso, participar, legitimar o nosso representante Parlamentar, no caso o Deputado Humberto Bosaipo, que encampou essa parceria com a UNIVAG, porque tudo que foi apresentado aqui pelo nosso Secretário Arnaldo reflete na gente como cidadão lá fora. Vocês puderam ouvir aqui, no caso da redução... Olha só a desproporção que fica, o investimento na educação cai significativamente, a questão do saneamento, quando ele colocou, eu quero chamar a atenção de vocês, aquele número é pequeno, reflete realmente numa proporção direta para a saúde, ou seja, é o que acontece. A questão do saneamento, quando ele falou, é a questão da prevenção. Se eu tenho uma situação de saneamento um pouco mais privilegiada, eu tenho uma questão de saúde mais ampliada, mais qualificada. Eu não fico somente no básico.

Então, é esse tipo de situação que nós queremos oferecer para o aluno da UNIVAG, é essa a orientação que os professores têm do nível decisório do Centro UNIVAG. É esse tipo de situação que eu quero muito que vocês prestem atenção, quer sejam os alunos de Ciência Contábeis, da Administração, do Direito, principalmente, do pessoal do Ensino Tecnológico, principalmente, aqueles de Gestão do Serviço Público que estão diretamente ligados à área pública.

Vocês serão gestores. O Deputado na sua fala inicial, quando da abertura, colocou que nós somos o futuro, principalmente, vocês que estão aí galgando algum curso superior. É palavra nossa, de que todo professor é orientação. Vamos falar do nível decisório do Centro UNIVAG. Que o aluno não receba de nós aqui apenas informações, que aprenda em cima das informações. Mas que ele apreenda no sentido de agarrar e de amarrar a informação, porque isso, sim, será significativo para a sociedade, em no nosso caso, para a sociedade mato-grossense.

Não faço aqui nenhum discurso político partidário, mas é uma política a discussão. É uma política isso que nós estamos colocando aqui. O Deputado é filiado ao partido, mas ele não veio aqui fazer política, ele veio discutir política pública com vocês. E no caso da política pública discutida aqui de forma macro, que é o Orçamento de Mato Grosso para o exercício de 2006, com esses problemas todos que nós estamos tendo, bem colocado pelo Secretário Arnaldo, dessa redução, que é um reflexo daquilo que vocês estão vendo aí na mídia, no tocante, por exemplo, no problema do agronegócio, da questão da madeira, tudo isso reflete em receitas para menos. Se reflete em receitas para menos. Principalmente o pessoal que trabalha comigo sabe o que isso vai

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

significar: despesas sendo executadas a menor. Despesas a menor significam que as necessidades coletivas não serão satisfeitas. Se já não são satisfeitas com quinhentos ou seiscentos milhões a mais, o que dirá com quinhentos ou seiscentos milhões a menos?

Então, fica, realmente, o Executivo com uma batata quente na mão. Fica o Parlamentar também. Eu sou lá do Tribunal de Contas, vocês sabem disso, a gente também tem esse problema. Mas, o eu acontece, gente? A saída qual é? O nosso Secretário falou uma coisa: “Nós vamos ter um impacto de gestão.” Isso, na verdade, penso eu, se não tiver cometendo nenhum engano, que a saída é realmente um planejamento. Mas, um planejamento assim: não é para daqui a trinta dias, ou daqui a trezentos e sessenta e cinco dias, não. É visualizar Mato Grosso daqui a dez, vinte, trinta anos. É, mais ou menos, se vocês entrarem no *site* da UNIVAG, tem lá várias fotos das várias etapas daqui, construções do nosso *campus*. Tem uma vista de uma foto aérea que é muito interessante. É enxergar o Centro da UNIVAG daqui a dez anos. Tem a foto do nosso prédio original que está lá para mostrar. E aí é só vocês estabelecerem a coordenação do prédio original, que era inclusive para outro aspecto para o que está hoje e para obras físicas que vocês visualizam tudo ali e por aí vocês conseguem mensurar. E não pedir verificação pela inconsonância com a falta de Secretário, não é aí pedir verificação, é consonância. Vocês estão vendo o crescimento. Mas isso é fruto do quê? De um planejamento muito forte. E se vocês visualizarem bem aqui dentro da questão, não é um planejamento desordenado. É um planejamento verificado, ordenado, mostrado, mensurado etapa a etapa, priorizado. E isso se traduz, no nosso caso, para os orçamentos. O que eu já falei. Instrumento de planejamento e orçamentação: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes, Lei Orçamentária. No PPA, gente, não posso estabelecer PPA somente para quatro anos. Essa questão que foi colocada. Mato Grosso realmente é referência nessa revitalização, nessa reavaliação anual, porque senão no final o PPA fica parecendo aquilo que nós tínhamos antes da Lei de Responsabilidade Fiscal em relação à LDO. Era só uma peça fictícia. Parecia uma peça teatral.

Nós ficamos muito chateados lá, no Tribunal, quando chegava essa LDO, que nós olhávamos para ela, mas tinha que cumprir a análise. Era só uma coisinha, um detalhezinho, principalmente os órgãos municipais precisam de uma certidão, dependiam do Tribunal, mandavam lá aquela peça lá, e não refletia nada. Daí depois de dois meses íamos ver aquilo não dava nada, nada, nada. Mas a partir da Lei de Responsabilidade, outros critérios estabelecidos, a penalidade inclusive, professor Roque, foi importante, professor Roque representando o Município de Várzea Grande. Mas a verdade é isso, gente. A nossa colaboração, volto a frisar, e ali abre espaço.

Quero muito agradecer a Assembléia Legislativa. Nós chegamos ao seu gabinete por intermédio do Roberto Jesus César, mais conhecido como Careca, faz parte do staff da Assembléia Legislativa, os seus assessores aqui, quero agradecer a todos eles: Luizinho, o resto do pessoal lá, o Salvador, a turma toda. Todo o pessoal que vocês estão vendo da Assembléia Legislativa, porque é uma Sessão formal. O pessoal da Taquigrafia está aí. Depois disso, tudo será traduzido. Quero que vocês entendam a importância e o significado de tudo isso aqui. Isso aqui não é só mais uma palestra para vocês, não.

Gostaria mesmo que vocês muito mais do que visualizar os dados apresentados guardassem-nos. Guardassem essa atitude que foi feita aqui, porque refletem muito na vida de vocês. Os exemplos que vocês me vêem dando em sala de aula: Aquele buraco na hora da chuva, que a gente está no ponto de ônibus, aí passa um mal educado com o carro na poça, joga a água na gente... Tudo isso aí é uma política que faz parte do planejamento e se não tiver, a coisa vai aumentando. E eu dei um simples exemplo que está aí no dia-a-dia, no cotidiano da gente.

Agradeço o Prof. João Proença, que sempre acreditou no nosso trabalho, as minhas parceiras no projeto, a Profª Neide e a Profª Gonçalina, o Prof. Paulo Alexandre, que nesses últimos dias tornou-se vital e fundamental para a concretização desse projeto. Os outros professores, eu

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

agradeço muito. E, deixo aberta, Deputada, a seguinte proposta para o senhor, de que possamos estreitar o Centro Universitário da UNIVAG com o Poder Legislativo, que possamos levar de repente essa discussão de forma regional. A UNIVAG tem alguns *campi* já, tem proposta para instalação de outros e podemos de repente de uma forma bem planejada, de uma forma bem equilibrada ter a Assembléia numa questão de interlocução, e trabalharmos a questão técnica, a questão acadêmica e levarmos essa discussão para todo o Estado ou pelo menos àqueles lugares onde o Centro da UNIVAG possui o seu campus lá onde temos aquela proposta de ensino de nível superior.

Outra proposta que eu gostaria muito que fosse... E aí o senhor seria o nosso portador! Em relação ao Fundo de Amparo à Pesquisa, que é o FAPEMAT - vimos que é recurso, o senhor chamou atenção de algumas coisas - que pudesse se implementar para todas as universidades, mas em especial a nossa aqui, ao UNIVAG, à questão até do estagiário, que abrisse vagas maiores, há uma necessidade disso aí. O aluno, o acadêmico tem a necessidade de financiar o seu curso. Nós sabemos que muita gente é desprovida de determinado tipo de recurso. Nós temos um Centro Biológico aqui, o Posto de Biologia avançado e de Odontologia, e que a FAPEMAT possa ser um instrumento de financiar pesquisas nessa área e etc. E eu acredito que o Estado, principalmente, de Mato Grosso vai ganhar muito com isso.

No mais, agradeço demais mesmo a presença de todos vocês, a presença dos nossos alunos. Agradeço muito mesmo! Acredito em vocês, tenho colocado sempre. E vou acreditar sempre na qualidade, na credibilidade do ensino da UNIVAG e principalmente em vocês.

Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O nosso amigo Secretário Municipal de Serviço Público, de Várzea Grande, Benedito Gonçalves de Figueiredo (Dito Loro), quer fazer um questionamento.

O SR. BENEDITO GONÇALO DE FIGUEIREDO - Boa-noite, colegas, Deputados, companheiros da Mesa, Prof. Marcos.

Na verdade, Professor, Deputado, eu quero fazer aqui uma indagação, até em função de que a maioria dos nossos municípios, em especial do Estado de Mato Grosso, vive muito na dependência dos repasses constitucionais, tanto do Estado quanto do Governo Federal, por quê? Com raridade, as arrecadações próprias têm um volume significativo no bolo que representa o município.

Diante desse quadro, observado hoje com mais detalhes, mostrado pelo Governo do Estado, eu quero fazer algumas indagações. Como fica, por exemplo, a situação daqueles municípios que dependem, praticamente, desses repasses e dos investimentos que o Estado, às vezes, faz nesses municípios, uma vez que os investimentos hoje estão na ordem de cinco mil?

Outra coisa que eu queria perguntar também aí nessa continuidade. As questões orçamentárias dos municípios também são discutidas em função desses números, do Governo Federal e do Governo do Estado e todos eles também construíram suas LDOs e suas LOAs estão em discussões nas câmaras e esses números foram apresentados agora e revisados agora. Como é que fica essa situação, por exemplo, desse Orçamento no município? Qual é o encaminhamento, por exemplo, eu estava, ontem, num debate nosso, aqui em Várzea Grande, que nós tínhamos uma previsão abaixo do que essa do Estado, de dezessete, com um crescimento nosso de 6% e agora diminuiu essa perspectiva do Estado e nós também vamos ter que fazer esse realinhamento, até porque nós dependemos também da maioria dos repasses oriundos dos repasses constitucionais do Estado e da União.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Então, eu queria assim, até para que nós possamos ter uma forma de contribuir fazendo um debate municipal, algumas contribuições em face de todos esses números expostos hoje, que está sendo colocado para a sociedade e para a UNIVAG. Era mais ou menos isso.

O SR. ARNALDO ALVES DE SOUZA NETO - Eu gostaria de aproveitar a oportunidade e responder algumas respostas que poderiam ser dadas aos três pronunciamentos que antecederam.

A questão da auditoria da dívida que o professor Roque colocou, nós temos uma equipe grande trabalhando com isso e, ontem, mais uma equipe do Tribunal de Justiça acabou de formar uma outra comissão para continuar estudando isso. Nós temos pessoas com vontade estudando a redução da dívida. O Estado não está parado. O Estado tem se empenhado. Temos propostas. Encaminhamos ao Senado uma série de propostas. O Estado não está parado em cima de tentar reduzir a dívida. Mas nós temos alguns comprometimentos e a lei não nos permite fazer moratória, como alguns sugeriram.

Para se ter uma idéia existem seis itens de comprometimento com a dívida, sendo que o primeiro item e o segundo item cumpridos, os outros não serão exigidos. Então, para se ter uma idéia se nós cumprimos o item pessoal, ou seja, ficarmos com 50, na realidade, 50,23, 50,24, esse é o primeiro item, nós não temos um dos compromissos que é não pagar o juro excepcional da dívida, cujo montante hoje é de 18 milhões.

O segundo item refere-se ao resultado primário.

Então, se nós cumprimos pessoal e resultado primário, nós não pagamos mais 18 milhões do valor da dívida. Isso aqui é uma faca no pescoço. Mas nós estamos correndo atrás disso.

O saneamento, eu estava comentando com o Deputado Humberto Bosaipo, que já tinha dito, é fundamental rever isso aí. Em algum momento vai ter que rever as concessões que foram feitas, as descentralizações do saneamento, porque, na realidade, hoje, os municípios não têm condições nem de fazer projetos. Tem município pequeno que não sabe nem como fazer. E não tem uma linha de crédito a fundo perdido que não seja uma vinculação legal, se não constitucional, que estabelece que dentro dos recursos da saúde, o valor até 3% do recurso destinado ao total, deverá ser aplicado em saneamento básico.

E uma decisão do Conselho Nacional dos Secretários de Saúde sobrepôs a lei inconstitucional e proibiu que esse recurso fosse tirado para saneamento. Então, hoje, com muita coragem, o Tribunal de Contas do Estado, em parceria com a Assembléia Legislativa e o Poder Executivo, definiu e deu parecer que esse recurso no Estado de Mato Grosso pode ser utilizado. Eu acredito que nos próximos anos nós teremos um investimento maior para dar de contrapartida ao Governo Federal, porque o recurso é pouco. Mas só tem contrapartida para dar ao Ministério das Cidades, aí eu fico com mais recurso, aí, sim, eu tenho por onde buscar recurso.

Eu deixei de falar da Defensoria na primeira parte, porque tinha muitos questionamentos por um fato muito simples.

Eu volto a dizer aos Deputados aqui presentes que eu me preocupo muito com a forma como as leis são feitas.

Eu digo sempre que o pessoal deixa o carro de boi na porta da sua casa, mas os bois estão todos nos Estados Unidos.

A Defensoria Pública foi criada sem nenhum instrumento que legalizava se era orçamentária. A Defensoria foi criada assim, simplesmente criou-se a Defensoria com autonomia administrativo-financeira. Deram a ela autonomia de poder, mas não deram nenhuma legalidade orçamentária para ela. Como tem a Assembléia que estabelece que 1,77% da Receita Corrente Líquida é para pessoal, como tem o Tribunal de Justiça 6% da Receita Corrente Líquida é para pessoal, como tem o Tribunal de Contas 1,23% da Receita Corrente Líquida é para pessoal e como

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

tem o Ministério Público 2% da Receita Corrente Líquida é para pessoal. Simplesmente, criaram uma autonomia para a Defensoria, mas não deram uma condição de se trabalhar por ela ou de ela criar autonomia, porque a autonomia só é dada quando se tem recurso. Quando o Governo Estadual está numa situação que nós estamos vendo aqui, quando não tem como tirar nem para ele, como é que ele pode mudar um quadro e que entendemos e é posição do Governador. E tem dentro dos próximos três anos, o Deputado está aqui e sabe disso, um aumento significativo nesses três anos, uma quantidade de defensor público dentro do Estado, que foi chamado no concurso, estava aí parado. O pessoal foi chamado e integrou o quadro do Estado.

Então, nós temos essa preocupação sim, mas o que falta hoje é fazer lei, mas de forma completa, onde você põe o carro de boi, mas põe os bois juntos. Não deixe o boi lá nos Estados Unidos e o carro parado aqui que nós não vamos conseguir mover esse carro sem os bois.

A outra questão também que foi falada da regionalização, eu quero dizer para vocês que tem um instrumento no Estado que está sendo discutido e eu não vou entrar no mérito da discussão. O Deputado Humberto Bosaipo é uma das pessoas que já está participando. Outro dia encaminhei, já deve ter chegado em suas mãos, todo o conjunto, a questão do zoneamento socioeconômico-ecológico. O zoneamento socioeconômico-ecológico... Estão criando um monstro numa coisa que é a coisa mais simples do mundo. O zoneamento socioeconômico-ecológico é apenas um instrumento de planejamento territorial deste Estado de Mato Grosso. E estão tentando transformar isso numa lei de legislação ambiental, que não é! Ele é um instrumento que ajuda a regulamentar aquilo que chama a ocupação do Estado de Mato Grosso, dar orientações, porque o que define o que tem que ser feito ao meio ambiente é o Código Ambiental. E estão trazendo a responsabilidade do zoneamento para isso.

Eu disse ao Governador Blairo Maggi: Tire isso da Assembléia, faça uma portaria e determina que todos os órgãos do Estado... O Tribunal de Contas... O Marcos sabe disso... Vamos exigir, porque tem alguns órgãos que são difíceis, são mais redundantes e demora para você implementar uma coisa dessa. Não é fácil chegar e implementar de qualquer jeito.

Então, o zoneamento está para ser aprovado na Assembléia, mas ele pode ser útil para o Estado de Mato Grosso apenas com a portaria do Governador, que todo planejamento de todas as secretarias obedeçam àquilo que está dentro do zoneamento. Só isso. E ele serve como instrumento para o Estado de auto-avaliação.

Recomendo vocês olharem, porque ele é muito importante para qualquer cidadão que queira fazer qualquer investimento neste Estado, porque é o maior diagnóstico que existe do Estado de Mato Grosso. E nele, hoje, nós temos doze regiões. E aqui eu gostaria de falar para vocês, talvez, está muito em primeira mão: o Estado contratou uma empresa, desde que nós entramos estamos tentando contratar essa empresa, porque como venho do planejamento, eu achava um absurdo um Estado igual Mato Grosso que tem um crescimento médio em torno de 8% ao ano não tenha condição, ou melhor, não existe nada que lhe dê condição de ver na frente mais um PPA com quatro anos. Hoje não são mais quatro, é só 2006 e 2007.

Então, o Estado acabou de contratar uma empresa que está fazendo isso no Brasil. Fez em Mato Grosso do Sul, que é o Mato Grosso 20/25, que é o planejamento de Mato Grosso para vinte anos. O que nós queremos que Mato Grosso seja daqui a vinte anos. O lançamento desse trabalho vai assinar no dia 28 ou 29, estamos aguardando a agenda do Governador e vai ser feito o lançamento onde toda sociedade vai ser ouvida, sociedade representativa.

Além disso, além de termos a oficina nas duas regiões, precisamos gerar projetos para cada uma dessas regiões, específica para sua área de vocação. Nós vamos estar em todas as entidades de classe. Inclusive, já tinha dito aqui, da outra vez que estive aqui apresentando a proposta, antes da oficina terceirizada em Mato Grosso. Porque eu quero que as entidades de classes

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

discutam internamente, em nível acadêmico, para com os representantes daqui da UNIVAG que estiveram presentes lá na oficina, onde é que vai ser discutido, quais são as prioridades para o Estado de Mato Grosso. O que nós queremos para o Estado de Mato Grosso daqui a vinte anos, ele tenha a visão de vocês dentro desse trabalho, porque o trabalho é você se enxergar nele, porque somente assim vocês vão acompanhar. Será feita uma comissão da sociedade que vai falar: esse não é um plano do Governador Blairo Maggi. Não é um plano da Assembléia Legislativa. Não é um plano de nenhum tribunal. Ele é um plano de todo cidadão do Estado de Mato Grosso e vocês vão participar desse plano.

Então, estamos falando em planejamento a longo prazo. Depois de três anos nós conseguimos conquistar este Estado, e não podemos perder esta oportunidade de fazer isso.

Quanto à questão do Fundo de Participação dos Municípios, eu gostaria de dizer que, infelizmente, os números apresentados por enquanto são esses. Eles são recursos vinculados. Há uma redução efetiva de 10% aproximadamente. E nós esperamos que mude essa arrecadação do Estado, porque senão não teremos.

Quanto ao investimento, aquele investimento que aponta ali é apenas investimento do Governo do Estado, aquele que o Governador fazia: Eu vou construir aqui uma praça, vou construir aqui uma creche, eu vou construir alguma coisa que não seja de praxe. Porque, logicamente, nós hoje temos em torno de 500 milhões de investimentos do Estado, que são recursos do FETHAB, para a estrada, habitação, vias urbanas, a partir de agora do ano que vem, Deputado. E temos recurso de investimento na educação, temos recurso de investimento na saúde e na segurança, porque esses recursos são específicos, por isso falamos investimentos diretos que são 5 milhões. Agora os investimentos específicos estão dentro de cada Pasta e vocês vão poder analisar aqui.

Também houve uma redução, algo em torno de 12%, mas, infelizmente, o investimento do Estado não fica só nos 5 milhões. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAIPO) - O Professor João Florença, Coordenador do Curso de Ciências Contábeis, representa o Reitor Draúzio, gostaria que o senhor transmitisse um abraço ao Dr. Draúzio, que é o meu amigo particular.

Vou deixar aqui para Vossa Excelência três propostas para a coordenação dos cursos.

Primeira, trazer aqui uma palestra para o Presidente da FAMATO para que vocês entendam a crise do agronegócio aqui na agropecuária. Uma palestra que qualquer universidade tem que saber, o público universitário mato-grossense. Uma palestra que já está inclusive pronta. O Dr. Alberto, que é Presidente da FAMATO, eu acho que ele se sentiria honrado em vir dar esta palestra aqui. E vocês vão aprender muito o que está acontecendo no Estado.

Quando ele fala aqui dessa redução no orçamento, vocês podem focar a crise do agronegócio e a crise da agropecuária. Será uma palestra enriquecedora. Essa é uma palestra que eu trago aqui para os coordenadores.

A segunda palestra é sobre o zoneamento socioeconômico ambiental que nós estamos aprovando na Assembléia Legislativa e que o Dr. Arnaldo citou.

Quem é mato-grossense tem que saber das questões ambientais, tem que conhecer as questões ambientais para evitar aquilo que o Zeca do PT falou na televisão da Ministra: “A Ministra entende da Bacia Amazônica, mas não entende do Pantanal”. Quem assistiu, ontem...

A outra proposta, nós estamos discutindo o código ambiental que mexe na vida de todo mundo e o MT Floresta.

Quando vocês viram toda essa confusão que teve aí na questão madeireira, é porque o IBAMA legislava de um jeito e o Estado de outro. Nós estamos unificando isso na SEMA -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR O ORÇAMENTO DE 2006, REALIZADA
NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2005, ÀS 19:00 HORAS.

Secretaria de Meio Ambiente. E essa seria também, Prof. Marcos, uma palestra interessante para os estudantes.

Então, eu gostaria de deixar essa contribuição, essas três propostas como sugestão.

Com a palavra, o Sr. João Proença.

O SR. JOÃO PROENÇA - Deputado, agradecendo a sugestão, a propósito, que vamos levar para os demais coordenadores. Foi de fundamental importância essa vinda da Assembléia para o Campus Universitário, conforme o Profº Marcos já tinha falado anteriormente, que esses eventos, essas audiências normalmente feitas dentro da Assembléia, elas têm o acadêmico ali presente, e muitos estão compromissados durante o dia ou um outro horário e terminam não apreciando uma discussão muito boa em torno de tudo que acontece dentro da área pública. E tudo isso que acontece normalmente reflete na vida de cada cidadão. São importantes decisões que são tomadas e que normalmente a população não tem esse hábito de participar. Vem a coisa pronta, vem acabada e só fazem as reclamações posteriores. Mas o conhecimento, mesmo, as pessoas não têm.

E hoje ficamos com uma satisfação muito grande de que essas discussões estejam vindo aqui para a academia, não são todos os acadêmicos aqui presentes... Os acadêmicos de Direito, por exemplo, que eu gostaria que estivessem presentes aqui... O espaço, realmente, é muito bom. Era destinado um outro espaço e infelizmente não pudemos utilizá-lo, com a platéia reduzida aqui, Deputado, mas foram muito satisfatórias as explicações colocadas pelo Secretário.

Agradecemos muito ao Secretário, ao Deputado, ao Marcos aqui presente, Professor de Direito e demais pessoas aqui presentes. É o que gostaríamos de dizer em nome do Dr. Dráuzio Medeiros, que o *campus* da UNIVAG vai ficar aqui à disposição, para que mais eventos dessa natureza possam acontecer e ser realizados aqui dentro. Muito obrigado (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (HUMBERTO BOSAPO) - Nós agradecemos a todos.

Convidamos vocês, se quiserem, para assistirem, amanhã, a posse do Parlamento Mirim, um projeto de minha autoria em que estudantes da quinta a oitava série das escolas públicas e privadas apresentaram projetos. Foram selecionadas quatorze escolas de Várzea Grande, dez de Cuiabá, sendo quinze mulheres Deputadas Mirins e dez homens. As mulheres sobrepujaram. E nós vamos dar posse, amanhã, às 08:00 horas, na Assembléia Legislativa.

Esta Audiência Pública vai ser exibida na TV Assembléia, canal 36. Ela vai ser exibida, os dados, as falas, estão à disposição pela taquigrafia da Casa.

Muito obrigado a todos!

Esta encerrada a presente Audiência Pública (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Aedil Lima Gonçalves;
- Cristina Maria Costa e Silva;
- Tânia Maria Pita Rocha;

- Revisão:

- Nilzalina Couto Marques;
- Ila de Castilho Varjão;
- Laura Yumi Miyakawa.